

PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000

EMENDA Nº

Inclusão de parágrafo no artigo 68, do Substitutivo adotado pela Comissão ao Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências.

“§9º Aplica-se o disposto no § 6º ao contrato preliminar formalizado por instrumento particular registrado, firmado entre o empreendedor e o primeiro adquirente de lote, desde que relativo a bem de valor igual ou inferior ao previsto no artigo 108 do Código Civil, apurado em avaliação fiscal para pagamento do Imposto de Transmissão.”

JUSTIFICATIVA

O texto contempla a hipótese de, no caso de contrato preliminar formalizado por instrumento público registrado, a transmissão da propriedade ser registrada mediante a apresentação da quitação do preço e do comprovante de pagamento do imposto de transmissão.

A fim de manter a salutar sistemática contemplada na Lei n. 6.766/79, pretende-se com a emenda estender tal possibilidade aos negócios imobiliários que tenham por objeto imóvel de valor menor, com vistas à redução de custos transacionais para a estimulação da circulação de tais bens no mercado formal, fomentando o desenvolvimento econômico do país.

Sala das Comissões, ____/____/2006

Dep. ALEX CANZIANI
PTB – PR